



O conflito entre trabalhadores rurais mobilizados pela Contag e fazendeiros da UDR durou meia hora. Depois do empurra-empurra, a UDR achou melhor bater em retirada

Povo lota Congresso para acompanhar voto de comissão

Franklin Martins

BRASÍLIA — Milhares de pessoas vindas de todos os pontos do país lotaram o Congresso para pressionar os constituintes no primeiro dia de votação dos relatórios das comissões temáticas. Empresários e empregadas domésticas, fazendeiros e agricultores, militares cassados e mineradores, grupos feministas e sindicalistas, donos de escolas particulares e defensores do ensino público, representantes de grupos homossexuais e de associações de ex-combatentes abordaram deputados e senadores, invadiram gabinetes e disputaram palmo a palmo as galerias nas salas de reunião.

"Há muito tempo que o Congresso não vive uma sexta-feira assim", comentou um funcionário do Senado — que, como a Câmara, costuma ficar vazio a partir da quinta-feira, quando os parlamentares geralmente retornam para seus estados.

Numa sala da Ala Nilo Coelho do Senado o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos principais adversários da reforma agrária, conversava com empresários rurais liderados pelo presidente da influente Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes. Em outro local, o coronel aviador Rui Barbosa Moreira Lima, o piloto brasileiro mais decorado na Segunda Guerra, cassado depois de 64, tentava convencer constituintes do PFL a apoiar uma anistia ampla para os militares cassados.

PIB baiano — "Todo o PIB da Bahia está aqui", proclamou orgulhoso o presidente da Federação da Agricultura da Bahia, Carlos Baiardi, apontando para os dois colegas ao seu lado, os presidentes da Federação das Indústrias e da Associação Comercial, logo depois de trocar um longo abraço com o deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG), considerado o mais preparado dos adversários da reforma agrária na Constituinte.

O presidente da CUT, Jair Meneghelli, e o presidente da Federação dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, Dal Prá, um dos líderes da CGT, procuravam deputados progressistas para discutir detalhes da estratégia de defesa da estabilidade no emprego e da semana de trabalho de 40 horas.

Tímido, Caio Benévolo, representante do grupo Triângulo Rosa, que defende

o fim da discriminação contra os homossexuais, admitiu que está difícil obter grandes avanços na próxima Constituição. "Na Comissão de Soberania, o relatório acolheu nossa reivindicação, mas há 18 emendas contra ela", lamentou Benévolo.

As feministas trouxeram muitas mulheres para defender seus pontos-de-vista. Elas querem igualdade de direitos entre homens e mulheres, direitos sociais para as domésticas, creches. Além disso, decidiram enfrentar o que chamam de "lobby dos conservadores" na questão do aborto.

Nair Jane, líder das empregadas domésticas do Rio de Janeiro, e colegas suas de outros estados passaram o dia abordando deputados para ver os direitos de sua categoria aprovados nessa fase dos trabalhos da Constituinte. "Estamos querendo entrar dentro das leis. Não queremos leis específicas para nós, mas ser reconhecidas como trabalhadoras. Há cem anos a princesa Isabel aboliu a escravidão mas as domésticas ainda não são consideradas iguais aos outros trabalhadores", disse Nair.

João Nepomuceno da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pacajus, no Ceará, não se limitou a defender a reforma agrária, junto com mais de mil lavradores mobilizados pela Contag. Ele passou o dia desfilando com um pequeno cartaz, feito por ele mesmo, pedindo quatro anos de mandato para Sarney e eleições diretas em 88.2

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), o Cardoso, da ala conservadora e ligado à UDR, tomou precauções — não andar nem devagar, nem depressa — para passar, no salão verde da Câmara, sem ser notado por um grupo de trabalhadores rurais recrutados pela Contag para defender a reforma agrária na votação da Comissão da Ordem Social. Cardoso Alves caminhava com um companheiro quando viu os trabalhadores. "Não pare e nem olhe pro lado", recomendou à pessoa que o acompanhava.

Trabalhador rural faz a UDR recuar

BRASÍLIA — A UDR, entidade nacional formada por fazendeiros contrários à reforma agrária, foi literalmente atropelada pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais, na primeira grande batalha travada entre os grupos de pressão pela ocupação dos salões e galerias do Congresso.

Na confusão, cada lado gritava slogans e não faltaram tapas e pontapés. O conflito, que durou das 15h30min às 16h, só não se generalizou porque os trabalhadores fizeram um rolo compressor e passaram por cima do cordão de isolamento feito pelos militantes da UDR, que queriam impedir-lhes o acesso às galerias e acabaram batendo em retirada desordenadamente.

Pela manhã, a UDR reinou absoluta nos corredores do Congresso. O presidente da entidade no Rio Grande do Sul, Gilberto Scopeu, dava entrevistas cercado de 150 companheiros, todos vestidos a caráter — bombachas, botas e lenços no pescoço. Trazidos num vôo charter, eles confraternizavam com os colegas de Minas, Goiás, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo — a maioria jovens, filhos de fazendeiros e vestindo jeans de etiquetas famosas e camisas polo. Muitos usavam óculos escuros, apesar da ausência de sol no interior do Congresso.

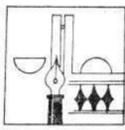
"Na lei ou na marra" — Às 14h45min, cerca de 300 lavradores da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) entraram no Salão Verde — lugar de passagem obrigatória para quem circula pelo Congresso —, cantando músicas a favor da reforma agrária e marcando o ritmo com palmas. "Eu tenho enxada e título de eleitor / Para votar em seu fulano deputado / Que nada fez pelo pobre agricultor / Que não tem terra para fazer o seu roçado", dizia uma canção. "Já chega de tanto sofrer / Já chega de tanto esperar / A luta vai ser tão difícil / Mas na lei ou na marra nós vamos ganhar", dizia outra.

Imediatamente, do outro lado do salão, o presidente da UDR gaúcha reuniu seu grupo e comandou uma passeata em direção à manifestação dos lavradores, que se concentravam num canto do salão. Para abafar as canções que falavam da reforma agrária, começaram a entoar o Hino Nacional. Os agricultores responderam em coro: "Um, dois, três, UDR no xadrez" e "Um, dois, três, quatro, cinco mil / Reforma agrária já em todo o campo do Brasil".

Das canções, o confronto passou para o empurra-empurra, que durou quase dez minutos, envolvendo cerca de 700 pessoas dos dois lados. Houve troca de tapas e xingamentos, quando os trabalhadores tentaram romper o cordão de isolamento da UDR. Finalmente, a pressão do grupo da Contag foi mais forte e rompeu a barreira. Desarmados, os militantes da UDR corriam para os cantos, enquanto seus líderes pediam calma. A massa de trabalhadores, dando vivas, tomou conta do salão. No tapete, várias sandálias de dedo, perdidas, ficaram pelo caminho.

Computador impede que mandato entre em pauta

BRASÍLIA — O atraso do Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) na digitação do projeto da Comissão de Organização dos Poderes só serviu para intensificar as articulações entre os constituintes interessados em aumentar ou reduzir o mandato do presidente José Sarney. Cada vez que o presidente da comissão, deputado Oscar Correia (PFL-MG) anunciava um adiamento de votação, imediatamente se formavam grupos para negociar votações em conjunto.



Às 17h, chegou à comissão o líder do PFL, deputado José Lourenço, preocupado em arregimentar apoios para a aprovação do parlamentarismo desejado por Sarney. O próprio Lourenço reconhecia que sua tarefa era muito difícil, argumentando que Sarney tomou muito tarde a decisão de

propor seu modelo parlamentarista em troca do mandato de cinco anos.

O deputado Albérico Filho (PMDB-MA), primo do presidente, também admitia que os 37 votos por ele arregimentados para a votação desse artigo não lhe garantiam a aprovação do parlamentarismo em versão do Palácio do Planalto. Entre os constituintes predomina a opinião de que o atual e o futuro presidente devem ter o mesmo tempo de mandato, mas o primeiro-ministro não pode ser reduzido a mero auxiliar do chefe do Executivo, como deseja Sarney.

O presidente da comissão chegou a convocar uma reunião em sua sala, para pedir que fossem evitadas questões de ordem. Tanto os grupos de parlamentares favoráveis ao mandato de cinco anos como os defensores do de quatro anos pretendiam valer-se dos pedidos de destaque, isto é, votação de artigos em separado.

Relatório de Severo não une na Ordem Econômica

BRASÍLIA — Combatido pela esquerda e pela direita, o relatório da Comissão da Ordem Econômica chegou ao conhecimento dos constituintes na madrugada de ontem, poucas horas depois de ter sido concluído pelo relator, senador Severo Gomes (PMDB-SP). Dois dias de negociações foram insuficientes para o relator detectar pontos de concórdia para as questões em que os dois grupos ideológicos divergiam.

A solução, tomada ainda na manhã de quinta-feira, caminhou no sentido da elaboração de um documento atento aos princípios inegociáveis do PMDB e a alguns pontos do senso comum constitucional. Dessa forma surgiu um parecer de 44 artigos — o anterior tinha 36 — magnânimo com os pleitos de alguns constituintes moderados, originalmente aliados à direita, como o deputado Gil César (PMDB-MG), que teve acolhida sua emenda propondo a participação de estados e municípios na outorga de direitos minerários.

Concessões desse tipo, patrocinadas por Severo Gomes, visavam reduzir ao máximo o grupo de parlamentares conservadores avessos ao relatório. A fórmula deu certo com Gil César mas não cumpriu seu objetivo quanto ao deputado Antônio Carlos Franco (PMDB-SE), que teve acolhida a sua definição de empresa nacional mas mesmo assim não se afastou da aliança com o grupo conservador.

Posição fechada — Orientados pelos deputados Afif Domingos (PL-SP), Delfim Neto (PDS-SP) e Alysson Paulinelli (PFL-MG), os conservadores fecharam posição contra o relatório de Severo Gomes, mesmo antes de ele chegar ao conhecimento de todos. "Estivemos abertos às negociações mas em de-

terminado momento começamos a perceber que não havia o que negociar, porque o relatório não tinha nenhum interesse nisso, pois jogava com cartas na manga", disse o deputado conservador Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

No início da manhã, sem se preocupar em ler o relatório de Severo Gomes, Cardoso Alves foi dos primeiros parlamentares a assinar uma solicitação de preferência à mesa da comissão, para que fossem votadas, antes de qualquer matéria, três emendas substitutivas (relativas à questão urbana, reforma agrária e princípios gerais da economia) preparadas pelos conservadores para prevalecer sobre todo o relatório de Severo Gomes.

Como Cardoso Alves, assinaram a solicitação 32 outros constituintes — de um total de 63 da comissão — quinze deles pertencentes ao PMDB. O grupo teve assinaturas como a de Delfim Neto (PDS-SP) e Jorge Viana (PFL-BA).

Questão sem avanços — Os progressistas da comissão lamentaram que o relator não tivesse avançado na questão da reforma agrária determinando no texto de seu documento o número de módulos-limite para a propriedade agrícola eliminação no artigo relativo à imissão de título de posse da possibilidade de o proprietário desapropriado recorrer à Justiça contra o mérito da desapropriação.

O fato de se encontrarem, porém, em número minoritário, fez com que o grupo concordasse em apoiar o relatório original, participando de manobras regimentais para impedir a votação das emendas substitutivas dos conservadores. "A nossa esperança é garantir a votação do relatório de Severo Gomes e das emendas destacadas, avançando o texto em alguns pontos", afirmou no início da noite o deputado Benedito Monteiro (PMDB-PA).

Esquerda faz obstrução mas nada consegue

BRASÍLIA — Com inferioridade numérica — um constituinte foi retirado à última hora — e dois artigos fundamentais do substitutivo do relator Arthur da Távora modificados, em sua versão definitiva, a esquerda da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação iniciou sua ofensiva com a única tática possível para uma minoria: a obstrução. Até às 17h de ontem, a votação do substitutivo, que estava marcada para iniciar às 14h, ainda não tinha começado. E a esquerda tentava inutilmente manter na comissão o deputado Pedro Canedo (PFL-GO), destituído pelo líder do PFL, deputado José Lourenço, e voto certo para as questões consideradas inegociáveis pelos progressistas. A comissão recebeu 900 pedidos de destaque e a ordem de comando dos conservadores era a de derrubar todo o substitutivo.

Por ordem do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, Lourenço retirou o constituinte para compatibilizar o número de pefelistas da comissão ao critério da proporcionalidade e, segundo stificou, porque tinha informações de que ele estava na Argentina. O deputado já havia regressado. O deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) pediu que a decisão fosse submetida ao plenário e que a exoneração recaísse sobre os deputados Agripino Lima e Dionísio Hage, que entraram por último na Subcomissão de Educação.

Impasse — A sessão, suspensa para que fossem feitas negociações, foi reaberta às 15h45min, sem que nada mudasse: a exclusão de Canedo não foi aceita pelo presidente da Comissão, Marcos Gadelha. Os conservadores querem uma declaração por escrito de Ulysses autorizando a mudança de integrantes da Comissão. A divisão é a seguinte nesta importante Comissão: 18 progressistas, 18 de centro e 26 conservadores. No intervalo, a esquerda descobriu que o PFL havia nomeado um parlamentar a mais numa vaga que não foi preenchida pelo PC do B, e tentou convencer Lourenço a aceitar que o partido comunista indicasse o deputado pefelista. "Não negocio com comunistas", teria respondido o líder do PFL, de acordo com o relato de um dos presentes à conversa.

Além do número de votos, a esquerda tinha uma outra preocupação: o deputado Arthur da Távora incluiu, de antontem para ontem, em seu substitutivo, um artigo atribuindo ao Poder Executivo a concessão de canais de rádio e televisão, desde que submetidas ao Congresso Nacional e ouvido o Conselho de Comunicação. Na versão original, assumida pela esquerda, era o conselho o único responsável pelas concessões.

No começo da noite, o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) conseguiu a aprovação do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para reintegrar o pefelista rebelde Pedro Canedo (GO) à Comissão da Família, Educação, Ciência e Tecnologia e Comunicações.



Junto ao bloco escolar, Nepomuceno pede eleição em 88